

INTÉPRETE DA ESCRAVIDÃO

O historiador Manolo Florentino desenvolveu estudos de referência sobre o tráfico transatlântico

Christina Queiroz

Demonstrar que o tráfico transatlântico era controlado por mercadores residentes no Brasil e analisar o protagonismo de pessoas escravizadas na formação de suas próprias famílias foram algumas das principais contribuições dos estudos desenvolvidos por Manolo Garcia Florentino, professor aposentado do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ele morreu aos 63 anos no dia 12 de março, no Rio de Janeiro, após uma parada cardiorrespiratória. Deixou a esposa, Cacilda Machado, também professora aposentada da UFRJ, e a filha, Maria.

Nascido no Espírito Santo, em 1958, Florentino graduou-se em história pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e fez mestrado em estudos africanos no Colégio de México (Colmex), em 1985. Defendeu o doutorado em história na UFF, em 1991, sob orientação de Ciro Flamarión Cardoso (1942-2013). Em 1988, passou a integrar o então Departamento de História da UFRJ, hoje Instituto de História, no qual se aposentou, em 2019. Recebeu a Comenda da Ordem Nacional do Mérito Científico, em 2009, e foi presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa de 2013 a 2015.

“Florentino, seus alunos e colegas forneceram uma compreensão fundamental da escravidão e do tráfico interno de escravos no Rio de Janeiro”, afirmou por e-mail a *Pesquisa FAPESP* o his-

toriador norte-americano Herbert S. Klein, das universidades Colúmbia e Stanford, nos Estados Unidos. Segundo Klein, estudioso da escravidão na América Latina e no Caribe, seu esforço mais importante foi explorar os arquivos locais para mostrar como o sistema funcionava. “Junto com as novas escolas de pesquisa histórica desenvolvidas na Bahia, no Rio Grande do Sul e em São Paulo, esse esforço fez com que o Brasil se tornasse o principal centro do mundo em estudos sobre a história da escravidão americana.”

João Luís Ribeiro Fragoso, historiador da UFRJ, lembra que Florentino desempenhou papel central na revisão da historiografia brasileira ao sustentar, em seus trabalhos, que a economia do país não se resumia à agroexportação para metrópoles europeias. De acordo com ele, seu primeiro livro, *Em costas negras – Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)* (Arquivo Nacional, 1993), demonstra que o tráfico de escravos entre o final do século XVIII e o começo do XIX era controlado por uma comunidade de mercadores residentes no Rio de Janeiro. “Isso significa que a economia do Brasil, mesmo sob a tutela de Portugal, não dependia exclusivamente das relações com esse país”, explica. A obra mostra que a permanência da escravidão no Brasil – que Florentino chama de “comércio de almas” – não deve ser atribuída



Manolo Florentino
no Rio de Janeiro,
em 2004

unicamente aos interesses do capital europeu situado no mercado internacional. “Até os anos 1980, fomos descritos nessa chave da dependência e obediência às chamadas, na época, economias centrais no comércio atlântico. Florentino recoloca o país no cenário internacional ao chamar a atenção à responsabilidade do país no prolongamento da escravidão”, destaca.

Com Fragoso, Florentino publicou *O Arcaísmo como projeto* (Editora Diadorim, 1993), que mudou a maneira de se conceber a relação entre mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil. Essa obra dialoga e contesta visões do historiador Caio Prado Júnior (1907-1990) e do economista Celso Furtado (1920-2004) de que o Brasil Colônia seria inteiramente dependente da metrópole portuguesa e sem mercado interno.

Florentino foi um dos primeiros a realizar pesquisas sobre famílias escravas, estudos que resultaram na publicação de *A paz das senzalas* (Editora Civilização Brasileira, 1997), escrito com José Roberto Góes, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). O trabalho descreve as pessoas escravizadas como protagonistas no processo de formação de suas próprias famílias, mostrando como eles reagiam a situações do cotidiano, em busca de condições melhores de vida. Florentino também foi um dos

criadores do banco de dados Slave Voyages, que oferece informações sobre cerca de 35 mil expedições negreiras ocorridas entre 1514 e 1866.

De acordo com o historiador José Inaldo Chaves Junior, da Universidade de Brasília (UnB), junto com outros historiadores, Florentino fez parte de uma geração que, trabalhando com ampla documentação, como arquivos paroquiais e eclesiásticos, listagens de navios negreiros, testamentos e inventários, analisou a colonização “por dentro”, buscando os rostos e os nomes de seus principais agentes. “Ele atuou diretamente na consolidação dos estudos africanistas no Brasil, destacando como eles são cruciais à compreensão da própria sociedade brasileira”, diz.

A historiadora Hebe Mattos, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), recorda que conheceu Florentino durante a graduação em história na UFF e mais tarde eles foram colegas de doutorado. “Os encontros acadêmicos que promovemos no início de nossas carreiras foram, para mim, teoricamente fundadores e absolutamente memoráveis”, recorda. De acordo com ela, ao constituir o tráfico de escravizados como objeto de pesquisa, levando em conta as especificidades históricas nas duas margens do atlântico, Florentino abriu uma pauta de investigação que não mais cessou de se desdobrar em novas abordagens e perspectivas, no Brasil, na África e na história global. ■